'MUNDO' RURAL E PATRIMÓNIO

Documentação Dionisina de Trás-os-Montes:
Contributos para o seu Conhecimento

Nesta comunicação terei apenas oportunidade de apresentar um projecto de Trabalho e de fazer a inventariação da documentação foraleira dionisina a editar e Estudar lexicalmente em etapas posteriores.

O projecto que me proponho desenvolver terá como finalidade última a Construção de um dicionário histórico da documentação foraleira outorgada pela coroa à zona geográfica, tradicionalmente, designada por região de Trás-os-Montes. A Elaboração desse dicionário passará, em primeiro lugar, pelo arrolamento e Compilação de *corpora* de documentação foraleira medieval e moderna de Trás-os-Montes. A feitura de um dicionário diacrónico ou histórico tem, quando não existem *Corpora* compilados e editados - a situação da documentação foraleira medieval Transmontana - que se iniciar necessariamente pela inventariação, compilação e Edição da documentação, ou seja, partir quase do zero. É por demais conhecida a Falta de dicionários dos diferentes estados da língua portuguesa, já para não referir a Inexistência de um dicionário histórico do português. Constatando-se uma lacuna Relativamente a tratamentos lexicográficos de *corpora* do período medieval. Na Realidade, como observa Rosa Virgínia Mattos e Silva "Da mesma forma que não se Possui uma gramática do português arcaico, a língua portuguesa não dispõe de um Dicionário desse período. Para estudar o léxico de então, há fontes genéricas como as Dicionários etimológicos, cujo objectivo fundamental é apresentar a origem das Palavras, mas não seu percurso ao longo da história da língua."1

Para conhecer o percurso histórico do vocabulário dos forais antigos e novos de Trás-os-Montes, será preciso empreender uma pesquisa escalonada.

Assim, numa primeira etapa, será, absolutamente, necessário inventariar toda a Documentação foraleira outorgada pelo poder régio a Trás-os-Montes, desde os

1 SILVA, Rosa Virgínia Mattos e - **O Português Arcaico Fonologia**. S. Paulo/Bahia: Contexto/Editora Universidade Federal da Bahia, 1991, p. 45.

Primórdios da nacionalidade até ao reinado de D. Afonso IV. Após o governo deste rei Poucos foram os diplomas concedidos ou confirmados a terras transmontanas2.

Numa segunda fase, será conveniente proceder à edição parapaleográfica da Documentação, uma vez que a maior parte da documentação não teve ainda uma Edição rigorosa e fiel.

Num terceiro momento, é importante executar uma análise estatístico-lexical3 da Documentação foraleira medieval para, por fim, aceder às massas lexicais que Fornecerão a evolução semântica dos vocábulos tratados nos artigos do dicionário da Documentação foraleira de Trás-os-Montes.

Relativamente às fontes foraleiras medievais, a inventariação, a edição parapaleográfica e o estudo estatístico-lexical estão quase na totalidade por fazer. Quanto às fontes modernas, já foi executada a inventariação, a edição e o tratamento estatístico-lexical das fontes foraleiras manuelinas de Trás-os-Montes4. Portanto, neste momento, falta tratar a documentação foraleira medieval. O trabalho proposto poderia começar pela inventariação, edição e estudo da documentação mais antiga (Fernando I de Castela5) até à documentação foraleira manuelina, no entanto, optei, num primeiro momento, por arrolar a documentação foraleira dionisina, pelo simples

facto desta documentação se encontrar quase na totalidade escrita em português, o que não acontece com a documentação exarada nos anteriores reinados, registada em "latim tabeliónico". Num segundo momento, procederei à edição parapaleográfica e ao estudo estatístico-lexical da mencionada documentação.
A razão da escolha do período dionisino também se ficou a dever a alguns desafios lançados por José Marques, autor que várias vezes chamou a atenção dos estudiosos para a necessidade de recolher a documentação foraleira medieval (aforamentos colectivos, cartas de povoamento, forais), em geral, e também para a necessidade de proceder à edição da Chancelaria de D. Dinis e à elaboração de um "*corpus* constituído pelas cartas de povoamento e pelos forais" outorgados pelo citado monarca.
2 D. Pedro confirma o foral de Vilarinho da Castanheira, D. Fernando confirma o da vila de Moncorvo e D. João I outorga um foral a Santa Maria do Azinhoso.
3 Para realizar a análise estatístico-lexical utilizarei do programa Stablex. CAMLONG, André -
Stablex Pratique: indexation des textes, traitement statistique des lexiques, extraction des séquences, création des dictionnaires. Les huit contes de Ch. Perrault. Toulouse. Teknea, 1991.
4 SANTANA, Maria Olinda Rodrigues - **Liuro dos Foraes Nouos da Comarqua de Trallos**
Montes: edição, enquadramento histórico e análise estatístico-lexical. Vila Real: Universidade
de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1998 (mm.). 4 vols. Provas de Doutoramento Europeu em Linguística Portuguesa (UTAD-Toulouse-Le-Mirail).
5 Foral de Ansiães, Linhares [1055-1065].

"Mundo" Rural e Património

Em 1983, José Marques, no artigo: "O povoamento das aldeias transmontanas de Gache, Justes, Torre e Soudel, no século XIII"6, afirmava que a inventariação da documentação foraleira medieval se revestia "do maior interesse não só para a História do Direito Português, com incidência directa na definição rigorosa da natureza e tipos das cartas, mas também para a história local, quer revelando com segurança os primórdios de muitas povoações, quer pondo termo a fantasias sem conta, de que andam inçadas muitas obras de carácter enciclopédico, donde constantemente transitam para inúmeras monografias.
Conjugando os dados fornecidos por este género de documentação com outras fontes, como forais, inquirições, simples contratos enfitêuticos, doações etc., poderemos ter uma visão mais exacta do crescimento económico e demográfico nos primeiros séculos da nossa Idade Média e dos mecanismos aglutinantes da população rural."7
Em 1993, no artigo, "Os Municípios Portugueses dos Primórdios da Nacionalidade ao Fim do Reinado de D. Dinis. Alguns Aspectos"8, José Marques corrobora o repto lançado anteriormente declarando que seria vantajoso proceder à publicação da Chancelaria de D. Dinis, o que, aliás, ainda não foi concretizado até ao momento, e aborda a questão, atrás referida, da elaboração de um "*corpus* constituído pelas cartas de povoamento e pelos forais"9 outorgados por D. Dinis.
Três anos antes da publicação do segundo artigo citado de José Marques, Maria Rosa Ferreira Marreiros, na sua tese de doutoramento apresentada em 1990, já tinha

efectuado um levantamento de aforamentos individuais, colectivos e forais dados, no reinado de D. Dinis, ao Norte Interior e, em particular, às áreas dos actuais distritos de Vila Real e Bragança10. O arrolamento da documentação foraleira dionisina foi fornecido por Rosa Marreiros, sem terem sido, no entanto, constituídos quadros sinópticos da documentação por localidade, apenas foram dados quadros sinópticos com os totais dos aforamentos e forais por distrito e também não foram constituídos *corpora* dos documentos para possíveis edição e tratamento lexical ou textual.
É para completar um trabalho iniciado, numa perspectiva histórica, mas que não foi continuado, nem numa posterior abordagem histórica nem em nenhum tratamento linguístico, que me proponho executar, para esta comunicação, a inventariação da

6 In Revista Estudos Transmontanos. Vila Real : Arquivo Distrital de Vila Real. 1(1983) 105-
130.
7 Artigo citado, p. 115.
8 In Revista da Faculdade de Letras. História. Porto: Faculdade de Letras. II Série. Vol. X (1993) 69-90.
9 Artigo citado, p. 78.
10 Consulte-se o quadro incluído na obra da referida autora - Propriedade Fundiária e Rendas
da Coroa no Reinado de D. Dinis. Coimbra: Faculdade de Letras, 1990. Vol. 1, p. 131.

documentação foraleira dionisina de Trás-os-Montes estribada na construção de quadros sinópticos dos documentos outorgados a cada localidade transmontana.
Concordo mais uma vez com José Marques, quando afirma, no artigo de 1993, que "o estudo do municipalismo medieval português só poderá ser compreendido, numa correcta integração e articulação com os mecanismos de povoamento, conduzidos pelos diversos agentes, e numa tentativa de leitura diacrónica dos factos devidamente faseados em planos sinópticos..."11.
A abordagem diacrónica da concessão de aforamentos colectivos e forais a Trás-os-Montes passa, na verdade, pela construção de quadros sinópticos das referidas outorgas, seguida, como foi dito atrás, pela edição e pelo estudo lexical completo dos *corpora* concedidos pelos diferentes monarcas. As massas vocabulares dos *corpora*, estudados através da aplicação de uma metodologia estatístico-lexical, permitirão, numa fase posterior, a construção dos artigos de um dicionário histórico da documentação foraleira medieval e moderna de Trás-os-Montes.
Para atingir a última etapa do projecto, é imperioso, numa primeira fase do trabalho, compulsar a Chancelaria de D. Dinis e proceder à inventariação das fontes.
Antes de mais, importa notar que a referida Chancelaria é composta por 6 Livros. Todavia, o Livro 5 não foi considerado no levantamento por não se tratar de um livro de registo, mas de um cartulário12. Fixei, por conseguinte, a atenção no exame e levantamento das cartas de foro e forais dos Livros 1, 2, 3, 4 e 6. Servi-me do levantamento de Rosa Marreiros, corrigi algumas imprecisões na indicação dos fólios da documentação e excluí do *corpus* os aforamentos individuais e de tipo desconhecido, encontrados pela mesma autora13.

2. A inventariação da documentação foraleira dionisina de Trás-os-Montes

Ao executar o arrolamento dos aforamentos colectivos e forais confirmados e outorgados à província ou comarca de Trás-os-Montes na época dionisina, pensei,

num primeiro momento, em enquadrar os documentos das várias localidades nas

11 Artigo citado, p. 74.

12 COSTA, Avelino de Jesus da — A Chancelaria Real Portuguesa e os seus registos, de 1217
a 1438. Revista da Faculdade de Letras História. Porto: Universidade do Porto. II Série. Vol.
XIII. (1996) 71-101, considera, na página 99, que o Livro 5 não é um Livro de registo, mas "um
cartulário em que se transcreveram públicas-formas de documentos, passadas pelo tabelião de
Lisboa Lourenço Anes, a pedido do vice-chanceler de D. Dinis Afonso Martins. As públicasformas
e as transcrições neste livro foram feitas não por autoridade do chanceler, mas 'per
autoridade ordihayra a mim dada do dicto bispo', o de Lisboa, segundo se declara em todos os
documentos".

13 Ob. cit. Vol. 1, p. 131.

"terras", "julgados" ou "termos". Mas deparei, desde logo, com dificuldades em determinar com exactidão o perímetro geográfico da cada circunscrição, até porque, durante o reinado de D. Dinis, se deu uma "profunda reforma na administração territorial"14. Tornando-se, por conseguinte, difícil saber com precisão quais eram as localidades incluídas em cada julgado. A dificuldade de circunscrever com rigor os limites territoriais dos julgados medievais, levou-me a optar pela divisão actual de distrito. Assim, executei a inventariação da documentação tendo em conta os limites geográficos dos dois actuais distritos transmontanos (Vila Real e Bragança).

Num primeiro momento, seriei as cartas de foro, os forais15 e algumas cartas de sentença, quando estas estão relacionadas com a posse16 ou origem dos concelhos, num segundo momento, incluí os textos dados aos concelhos nos dois actuais distritos. Com esses dados, foram construídos os quadros sinópticos da concessão dionisina de forais e aforamentos colectivos aos lugares transmontanos.

2.1 Documentação foraleira outorgada no período dionisino (Vila Real)

Durante o reinado de D. Dinis, foram outorgadas inúmeras cartas de foro e forais aos lugares dos actuais concelhos de Alijó, Boticas, Chaves, Montalegre, Murça, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real17.

14 Maria Fernanda Maurício – **Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas**. Lisboa: Edições Colibri, 1997, refere que "Do reinado de D. Afonso III para o de D.
Dinis verificam-se alterações assinaláveis: os Julgados passam de 31 para 29, desaparecendo
os Julgados de Abreiro, Algoso, Alijó, Marco de Canaveses, Mogadouro, Murça, Penarroias e
St.ª Cruz de Vilariça; foram no entanto criados os Julgados de Fontes; Miranda, Pena Flor, Torre de D. Chama, Torre de Moncorvo e Vila Real. Os Julgados de Abreiro, Alijó e Murça são
integrados no de Panoias, onde mais tarde se vai criar o de Vila Real. O de Marco de

Canaveses, no de Bem Viver. Os de Algoso, Mogadouro e Penarroias, no de Miranda, sendo o
de St.ª Cruz de Vilariça substituído pelo de Pena Flor (...).
No Julgado de Bragança assiste-se a todo um processo de crescimento, estendendo-se agora pelo de Lamas de Orelhão", p. 32.
15 Como é sabido, até aos começos do século XIV a expressão *carta de foro* surgia com frequência em vez da palavra *foral* para designar o mesmo tipo de diploma. Consulte-se António Matos REIS – **Origens dos Municípios Portugueses**. Lisboa: Livros Horizonte, 1991,
p. 296.
16 Lembre-se, a propósito, os conflitos entre D. Dinis e o Mosteiro de Castro de Avelãs ou ainda
entre os concelhos de Montenegro e Chaves ou entre Torre Dona Chama e Mirandela.
17 A numeração dos quadros segue a ordem alfabética do nome do concelho.

2.1.1 Actual distrito de Vila Real
Quadro 1: Concelho de Alijó
Concelho de Alijó
Data Lugar Fontes
Lisboa, 20 de Julho de 1284 Favaios I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, fl. 107 r.º e v.º.
Vila Viçosa, 14 de Dezembro
de 1289
Cotas e Vilarinho (Favaios) I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, fl. 267 v.º e 268 r.º.
Castelo Mendo, 29 de Abril de
1292
Vilarinho (Favaios) I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
II, fl. 31 v.ºe 32 r.º
Quadro 2: Concelho de Boticas
Concelho de Boticas
Data Lugar Fontes
Lisboa, 27 de Dezembro de
1288
Vilarinho (Barroso) I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 245 r.º e v.º.
Lisboa, 28 de Dezembro de
1288
Mosteiró (Barroso) I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 246 v.º e 247 r.º.
Lisboa, 25 de Dezembro de
1288
Sesergo (Barroso) I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 246 r.º e v.º.
Lisboa, 25 de Dezembro de
1288
Carvalhelhos (Barroso) I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.

I, 245 v.º 246 r.º
Lisboa, 27 de Dezembro de
1288
Curros (Montalegre) I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 247 rº.
Lisboa, 28 de Dezembro de
1288
Lavradas (Montalegre) I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 245 vº.
Vila Viçosa, 13 de Dezembro
de 1289
Lapela (termo do Barroso) I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 267 r.º e vº.
Lisboa, 19 de Outubro de
1290
Sudrós (Terra do Barroso) I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 278 r.º.

Quadro 3: Concelho de Chaves

Concelho de Chaves

Data Lugar Fontes

Lisboa, 26 de Agosto de 1321 Chaves I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
IV, f. 87 r.º (numeração
romana), 91 r.º (numeração
árabe)

Quadro 4: Concelho de Montalegre

Concelho de Montalegre

Data Lugar Fontes

Santarém, 9 de Abril de 1294 Travassos I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
II, f. 77 r.º
Lisboa, 28 de Dezembro de
1288
S. Mamede (Cambezes do
Rio)
I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 246 v.º
Lisboa, 27 de Dezembro de
1288
Carvalhais I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 246 r.º
Lisboa, 28 de Abril de 1289 Terra do Barroso (Paredes e
Corvedo)
I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 258 r.º e v.º
Montalegre, 22 de Novembro
de 1309
Carta dos povoadores de

Montalegre (Terra do Barroso)
I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, 71 r.º e v.º
Lisboa, 20 de Setembro de
1310
Gralhas (termo de
Montalegre)
I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
IV, 52 v.º (numeração
romana), 57 v.º (numeração
árabe)

Quadro 5: Concelho de Murça

Concelho de Murça

Data Lugar Fontes

Lisboa, 18 de Abril de 1304 Murça I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, f. 31 v.º e 32 r.º

Quadro 6: Concelho de Ribeira de Pena

Concelho de Ribeira de Pena

Data Lugar Fontes

Coimbra, 10 de Março de
1297
Bomsiso (Aguiar de Pena) I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
II, fl. 132 r.º e v.º
Coimbra, 13 de Março de
1297
Lavandeira I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
II, fl. 132 v.º
Guimarães, 18 de Julho de
1308
Canedo I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, fl. 64 r.º v.º

Quadro 7: Concelho de Valpaços

Concelho de Valpaços

Data Lugar Fontes

Lisboa, 1 de Abril de 1284 Nozelos I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, fl. 95 r.º
Lisboa, 16 de Agosto de 1301 Vila Boa de Montenegro I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, f. 16 r.º
Salvaterra, 5 de Março de
1302
Montenegro reintegrado no
Termo de Chaves
I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, f. 18 r.º e v.º
Estremoz, 20 de Março de
1303

Montenegro I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, f. 22 v.º e 23 r.º
Guarda, 21 de Julho de 1304 Montenegro reintegrado no
Termo de Chaves
I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, f. 33 r.º

Quadro 8: Concelho de Vila Pouca de Aguiar

Concelho de Vila Pouca de Aguiar

Data Lugar Fontes

Lisboa, 2 de Abril de 1283 Herdamento em Soutelo I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 68 r.º e v.º
Coimbra, 2 de Dezembro de
1286
Herdamento de Calvos I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 184 v.º
Coimbra, 3 de Dezembro de
1286
Herdamento da Gralheira I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 184 v.º e 185 r.º
Coimbra, 3 de Dezembro de
1286
Herdamento de Vila do Conde I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 185 r.º e v.º
Coimbra, 1 de Dezembro de
1286
Ovelha I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 185 v.º.

Coimbra, 3 de Dezembro de
1286
Herdamento de Freixeda I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 185 v.º e 186 r.º
Coimbra, 2 de Dezembro de
1286
Herdamento de Soutelinho I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 186 r.º e v.º
Porto, 26 de Junho de 1288 Tinhela I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 232 v.º
Lisboa, 8 de Outubro de 1290 Valoura I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 277 v.º
Lisboa, 20 de Março de 1304 Doação da terra Jales I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, 30 v.º
Trancoso, 21 de Junho de
1304
Jales I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
IV, 22 r.º e v.º

Quadro 9: Concelho de Vila Real

Concelho de Vila Real
Data Lugar Fontes
Trancoso, 16 de Novembro de
1281
Vila Seca, Canedo,
Covelinhas, Ermida do Corgo
I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 50 v.º
Coimbra, 1 de Outubro de 1286 Sanguinhedo I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 184 r.º e v.º.
Lisboa, 4 de Janeiro de 1289 Vila Real I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 247 v.º, 248 r.º e v.º.
Lisboa, 24 de Fevereiro de
1293
Vila Real I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
II, f. 53 v.º-55 r.º
2.2 Documentação foraleira outorgada no período dionisino (Bragança)
D. Dinis prestou especial atenção ao Nordeste Transmontano, concedendo inúmeros aforamentos e forais aos lugares dos actuais concelhos do distrito de Bragança.

2.2.1 Actual distrito de Bragança
Quadro 1: Concelho de Alfândega da Fé
Concelho de Alfândega da
Fé
Data Lugar Fontes
Lisboa, 8 de Maio de 1294 Alfândega da Fé I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
II, f. 78 v.º e 79 r.º (numeração
árabe).
Lisboa, 15 de Fevereiro de
1309
(Sambade) Alfândega da Fé I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, f. 68 r.º-v.º (numeração
romana)
Quadro 2: Concelho de Bragança
Concelho de Bragança
Data Lugar Fontes
Lisboa, 26 de Maio de 1285 Rebordãos, Mós, veiga de
Tourões
I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 132 (desaparecido). NA,
316, f. 82. Editado por
Francisco Manuel Alves, t. III,
documento n.º 145, p. 300-
302.
Lisboa,13 de Setembro de 1285 Valverde I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 146 v.º e 147 r.º

Tomar, 9 de Dezembro de 1286 Vila Franca I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 187 r.º e v.º.
Lisboa, 14 de Abril de 1289 Frieira I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 255 v.º e 256 r.º.
Lisboa, 20 de Junho de 1289 Gostei e Castanheira I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 261 r.º.
Sourém, 7 de Dezembro de
1290
Outeiro de Muias I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 281 vº e 282 r.º.
Jermelos, 27 de Abril de 1292 Herdamento de Vale de
Cadelas aos homens de Mós
(termo de Rebordãos)
I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
II, f. 26 r.º.
Portalegre, 9 de Maio de 1300 Sanceriz I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, f. 10 r.º e v.º

Lisboa, 7 de Agosto de 1301 Moradores de Zoio (quinhão
vilar de Refoios)
I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
IV, f. 16 r.º (numeração
romana), 21 r.º (numeração
árabe)
Guarda, 12 de Abril de 1308 Vale de Nogueira I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
IV, f. 42 v º (numeração
romana), 47 v.º (numeração
árabe)
Guarda, 12 de Abril de 1308 Arrufe I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
IV, f. 42 r º e v.º (numeração
romana) 47 r.º e v.º
(numeração árabe)
Guarda, 12 de Abril de 1308 Vidoedo (terra de Bragança) I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
IV, f. 42 v º e 43 r.º
(numeração romana) 47 v.º e
48 r.º (numeração árabe)
Guarda, 12 de Abril de 1308 Vilar de Pombares (terra de
Bragança)
I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
IV, f. 43 r.º (numeração
romana) 48 r.º (numeração
árabe)
Santarém, 1 de Abril de 131918 Doação ao Mosteiro de Castro
de Avelãs das aldeias de Vila
Franca, Viduedo, Vale de
Prados, Arrufe, Ervedosa,
Sesulfe.

I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, f. 124 r.º e v.º.

Quadro 3: Concelho de Carrazeda de Ansiães

Concelho de Carrazeda de Ansiães

Data Lugar Fontes

Guarda, 22 de Julho de 1287 Vilarinho da Castanheira I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 204 v.º-205 v.º

Portalegre, 19 de Dezembro de 1299 Vilarinho da Castanheira I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, f. 8 r.º

18 Incluí este documento no concelho de Bragança, porque três aldeias pertencem a este concelho (Vila Franca, Viduedo, Arrufe), duas ao concelho de Macedo de Cavaleiros (Vale de Prados e Sesulfe) e uma ao concelho de Vinhais (Ervedosa).

Quadro 4: Concelho de Freixo de Espada à Cinta

Concelho de Freixo de Espada à Cinta

Data Lugar Fontes

Lisboa, 26 de Abril de 1286 Lagoaça I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 166 r.º

Quadro 5: Concelho de Macedo de Cavaleiros

Concelho de Macedo de Cavaleiros

Data Lugar Fontes

Guarda, 9 de Agosto de 1287 Vale de Prados I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 206 v.º, 207 r.º e v.º

Bragança, 15 de Março de 1302 Sesulfe I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
IV, f. 23 v.º (numeração árabe)

Quadro 6: Concelho de Miranda do Douro

Concelho de Miranda do Douro

Data Lugar Fontes

Santarém, 18 de Dezembro de 1286 Miranda do Douro I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 189 r.º e v.º

Miranda, 27 de Setembro de 1297 Miranda do Douro (carta de mercê) I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, f. 1 r.º e v.º

Quadro 7: Concelho de Mirandela

Concelho de Mirandela
Data Lugar Fontes
Guarda, 2 de Setembro de
1282
Mudança da vila de Mirandela
para cabeça de S. Miguel
I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 54 r.º e v.º
Lisboa, 25 de Abril de 1287 Torre de D. Chama I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 198 r.º e v.º
Lisboa, 31 de Julho de 1293 Torre de D. Chama (extinção
do concelho de Torre Dona
Chama)
I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
II, f. 64 r.º e v.º, 65 r.º.

Santarém, 25 de Março de
1299
Torre Dona Chama I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
IV, f. 8 r.º (numeração
romana), 13 r.º (numeração
árabe)
Lisboa, 5 de Julho de 1303 Carta de sentença entre o
concelho de Torre D. Chama
e o concelho de Mirandela
I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, f. 23 r.º e v.º, 24 r.º e v.º.
Lisboa, 22 de Junho de 1289 Vale de Telhas I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, 261 v.º
Coimbra, 7 de Março de 1291 Mirandela I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
II, 8 r.º.
Lisboa, 10 de Fevereiro de
1296
Vila do Conde I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
II, 119 v.º.
Santarém, 25 de Março de
1299
Cabeça do Conde I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
IV, f. 8 r.º (numeração
romana), 13 r.º (numeração
árabe)
Quadro 8: Concelho de Mogadouro
Concelho de Mogadouro
Data Lugar Fontes
Évora, 3 de Dezembro de 1305 Castro Vicente I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, f. 47 r.º e v.º
Lisboa, 27 de Junho de 1315 Bemposta I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.

III, f. 95 v.º e 96 r.º e v.º.
Lisboa, 25 de Maio de 1321 Bemposta I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, f. 137 r.º (numeração
romana), 138 r.º (numeração
árabe).
1º Congresso de Estudos Rurais - *"Mundo" Rural e Património*
Quadro 9: Concelho de Torre de Moncorvo
Concelho de Torre de
Moncorvo
Data Lugar Fontes
Portalegre, 2 de Julho de 1299 juízes e concelho de Torre de
Moncorvo
I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, f. 7 v.º
Coimbra, 30 de Dezembro de
1301
Torre de Moncorvo I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, f. 14 v.º e 15 r.º
Quadro 10: Concelho de Vila Flor
Concelho de Vila Flor
Data Lugar Fontes
Lisboa, 24 de Maio de 1286 Além Sabor / Vila Flor I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 166 v.º - 169 r.º
Quadro 11: Concelho de Vimioso
Concelho de Vimioso
Data Lugar Fontes
Leça, 4 de Julho de 1288 Satulhão I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 234 v.º
Leça, 4 de Julho de 1288 Pinelo I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 234 v.º e 235 r.º
Leça, 4 de Julho de 1288 Argoselo I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 235 r.º
Guimarães, 11 de Julho de
1288
Pinelo, Argoselo, Satulhão -
aldeias restituídas à coroa
pelo Mosteiro de Castro de
Avelãs
I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
I, f. 236 v.º-237 v.º
Quadro 12: Concelho de Vinhais
Concelho de Vinhais
Data Lugar Fontes
Santo Tirso, 5 de Julho de 1288 Agrochão (termo de Nozelos) I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis,
L.
I, f. 234 r.º.
Santo Tirso, 5 de Julho de 1288 Ervedosa I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.

I, f. 234 r.º e v.º
Lisboa, 9 de Setembro de 1310 Vila de Paço I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
III, f. 73 v.º e 74 r.º

Lisboa, 1 de Fevereiro de 1311 Lomba I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
IV, f. 52 v.º (numeração
romana), 57 v.º (numeração
árabe)
Lisboa, 22 de Agosto de 1324 Lomba I.A.N.T.T. – Doaç. de Dinis, L.
IV, f. 97 v.º e 98 r.º
(numeração romana), 101 v.º
e 102 r.º (numeração árabe)
Para as localidades geograficamente inseridas no actual distrito de Vila Real, foram inventariados 42 documentos foraleiros, para as pertencentes ao actual distrito de Bragança 47. O total da documentação seleccionada para a constituição dos *corpora* não coincide com o total apresentado por Rosa Marreiros, pelas razões atrás apontadas, ou seja, por um lado, não considerei os aforamentos individuais e, por outro, incluí algumas cartas de sentença importantes na formação de alguns concelhos.

3. Primeira etapa de um longo caminho

O primeiro passo para a elaboração do dicionário histórico da documentação foraleira de Trás-os-Montes está dado. Porém, a recolha e a seriação da documentação foraleira dionisina dada à região de Trás-os-Montes é o passo menor de uma longa caminhada... Pois, apenas para o estudo do *corpus* da documentação foraleira dionisina será necessária a realização da edição parapaleográfica, do tratamento estatístico-lexical e, por fim, da selecção dos materais lexicais a incluir nos artigos do dicionário.

A metodologia empregada para o estudo da documentação dionisina terá de ser, posteriormente, aplicada à restante documentação foraleira medieval dada à região de Trás-os-Montes.

Referências Bibliográficas

CAMLONG, André - **Stablex Pratique: indexation des textes, traitement statistique des lexiques, extraction des séquences, création des dictionnaires. Les huit contes de Ch. Perrault**. Toulouse. Teknea, 1991.
1º Congresso de Estudos Rurais - *"Mundo" Rural e Património*
COSTA, Avelino de Jesus da — A Chancelaria Real Portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438. Revista da Faculdade de Letras História. Porto: Universidade do Porto. II Série. Vol. XIII. (1996) 71-101.

MARQUES, José - O povoamento das aldeias transmontanas de Gache, Justes, Torre e Soudel, no século XIII. In Revista Estudos Transmontanos. Vila Real : Arquivo Distrital de Vila Real. 1(1983) 105-130.

- Os Municípios Portugueses dos Primórdios da Nacionalidade ao Fim do Reinado de D. Dinis. Alguns Aspectos. In Revista da Faculdade de Letras. História. Porto: Faculdade de Letras. II Série. Vol. X (1993) 69-90.

MARREIROS, Maria Rosa F. - Propriedade Fundiária e Rendas da Coroa no Reinado de D. Dinis. Coimbra: Faculdade de Letras, 1990. 2 Vols.

REIS, António Matos - **Origens dos Municípios Portugueses**. Lisboa: Livros

Horizonte, 1991.
SANTANA, Maria Olinda Rodrigues - **Liuro dos Foraes Nouos da Comarqua de Trallos Montes**: edição, enquadramento histórico e análise estatístico-lexical. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1998 (mm.). 4 vols. Provas de Doutoramento Europeu em Linguística Portuguesa (UTAD-Toulouse-Le-Mirail).
SILVA, Rosa Virgínia Mattos e - **O Português Arcaico Fonologia**. S. Paulo/ Bahia: Contexto/ Editora Universidade Federal da Bahia, 1991.